



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL D
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

E essa tal diversidade?

- 1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.
6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também
10 Desigual.
- 11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de
14 propósitos.
- 15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,
19 tal como já ocorre em alguns países.
- 20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*
22 *todos e todos por um*.
- 23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.
- 27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.
- 30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.
- 33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.
- 39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.
- 42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- 1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)
- (A) intolerância ao diferente.
 - (B) aceitação do individualismo.
 - (C) esboroamento da civilidade.
 - (D) exaltação da desigualdade.
 - (E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
 - (B) indicar o início de um pensamento novo.
 - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
 - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
 - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
 - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
 - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
 - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
 - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
 - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
 - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
 - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
 - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
 - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
 - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
 - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
 - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
 - (B) superficiais.
 - (C) verdadeiras.
 - (D) coletivas.
 - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
 - (B) aquele que liberta.
 - (C) aquele que mata.
 - (D) aquele que participa.
 - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
 - (B) religiosidade.
 - (C) responsabilidade.
 - (D) coletividade.
 - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
 - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
 - (C) preservar o respeito à individualidade.
 - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
 - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
 - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
 - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
 - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
 - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
 - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
 - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
 - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
 - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
 - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
 - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.



- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.



- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GES PÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
 - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
 - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
 - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
 - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
 - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
 - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
 - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 Considere as seguintes informações:

- Capital Social = R\$ 100.000,00
- Imóvel = R\$ 80.000,00
- Dinheiro na empresa = R\$ 30.000,00
- Ajuste de Avaliação Patrimonial = R\$ 10.000,00
- Empréstimos Bancários (curto prazo) = R\$ 20.000,00
- Ações de outras empresas: R\$ 20.000,00
- Duplicatas aceitas pelo mercado local = R\$ 3.000,00

É correto afirmar que o valor de capitais Próprios e o total de saldo devedor são, respectivamente,

- (A) R\$ 130.000,00 e R\$ 133.000,00
- (B) R\$ 133.000,00 e R\$ 130.000,00
- (C) R\$ 110.000,00 e R\$ 113.000,00
- (D) R\$ 110.000,00 e R\$ 133.000,00
- (E) R\$ 133.000,00 e R\$ 110.000,00

22 O valor do patrimônio bruto de uma entidade cujo passivo exigível total é de R\$ 75.000,00 e o patrimônio líquido é R\$ 30.000,00, corresponde a

- (A) R\$ 75.000,00
- (B) R\$ 30.000,00
- (C) R\$ 45.000,00
- (D) R\$ 100.000,00
- (E) R\$ 105.000,00

23 É Conta representativa de Receita:

- (A) Seguros a Vencer.
- (B) Perdão de Dívida.
- (C) Receitas a Receber.
- (D) Adiantamento Recebido.
- (E) Juros Passivos a Vencer.

24 A Comercial Vitoriosa S.A., revendedora de máquinas para uso em atividades agropecuárias, adquiriu numa feira três máquinas de valores iguais, num total de R\$ 90.000,00, pagando com cheque 40% do valor transacionado e aceitando quatro duplicatas de valores iguais e vencíveis mensalmente. Na semana seguinte, a empresa vendeu duas dessas máquinas pelo valor unitário de R\$ 40.000,00, recebendo imediatamente em espécie 50% do valor da venda e emitindo duas duplicatas de valores iguais, vencíveis mensalmente.

Sem considerar qualquer gravame tributário, é possível dizer que o ativo da Vitoriosa S.A. teve um aumento de

- (A) R\$ 90.000,00
- (B) R\$ 74.000,00
- (C) R\$ 40.000,00
- (D) R\$ 20.000,00
- (E) R\$ 34.000,00

25 A Comercial Parauara Ltda. é líder regional na comercialização de açaí. No dia 10/08/13, adquiriu 200 t de mercadorias para o seu estoque pelo valor total de R\$ 600.000,00. A forma de pagamento adotada foi de 50% à vista no ato da compra, e o restante em 3 parcelas de igual valor, mediante aceite de duplicatas com vencimentos mensais. No dia 15/08/13, vendeu 80% das mercadorias por R\$ 800.000,00, recebendo no ato da venda 30% e o restante com emissão de 4 duplicatas de igual valor vencíveis mensalmente. Sem considerar a incidência de tributos, o resultado, pelo regime de competência, apurado pela empresa com essa transação foi lucro de

- (A) R\$ 300.000,00
- (B) R\$ 260.000,00
- (C) R\$ 600.000,00
- (D) R\$ 320.000,00
- (E) R\$ 460.000,00



26 A empresa agropecuária Boi Manhoso comprou, a prazo, 5 touros para o seu plantel. Tal evento representa um fato

- (A) Modificativo entre elementos de ativo e passivo.
- (B) Permutativo entre elementos de ativo.
- (C) Permutativo entre elementos de ativo e passivo.
- (D) Misto aumentativo no ativo e no passivo.
- (E) Modificativo no ativo.

27 Considere o elenco de contas a seguir.

- Bancos Conta Movimento
- Receitas Antecipadas
- Duplicatas de Nosso Aceite
- Promissórias Emitidas por Terceiros
- Promissórias Emitidas por Nossa Empresa
- Empréstimos Bancários
- Despesas Antecipadas
- Móveis e Utensílios
- Salários a Pagar

Dessas contas, são classificadas no passivo:

- (A) 5
- (B) 4
- (C) 3
- (D) 2
- (E) 1

28 A comercial Junina S.A., visando às festividades do mês de junho, adquiriu, em 05/03/2014, mercadorias para seu estoque num total de R\$ 27.000,00, pagando 60% à vista e o restante para pagamento em duas duplicatas de valores iguais, vencíveis a cada 30 dias. No dia 20/03/2014, vendeu a totalidade destas mercadorias pelo valor de R\$ 40.500,00, recebendo 50% à vista e o restante com a emissão de uma duplicata com vencimento para 20/04/2014.

A comercial Junina S.A. adota o regime de competência para registro e apuração de suas operações. Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que o resultado obtido com a venda das mercadorias foi

- (A) R\$ 4.050,00 em março de 2014 e R\$ 9.450,00 em abril de 2014.
- (B) R\$ 24.300,00 em março de 2014.
- (C) R\$ 13.500,00 em março de 2014.
- (D) R\$ 9.045,00 em abril de 2014.
- (E) R\$ 4.050,00 em março de 2014.

29 Na contabilidade da empresa Guamaense constavam aplicações de recursos de 900 em estoques, 360 em dinheiro (em espécie), 480 em ações de outras empresas e Gastos gerais (despesas) no valor de 160. Os recursos para essas aplicações são oriundos da integralização de capital: 1.000; de terceiros: 600; 300 de rendimentos (operações da empresa).

Considerando os registros acima identificados, é **CORRETO** afirmar que a empresa tem um patrimônio bruto e um patrimônio líquido, respectivamente, de

- (A) 1.420 e 1.300
- (B) 1.260 e 1.300
- (C) 1.740 e 1.000
- (D) 1.420 e 1.140
- (E) 1.740 e 1.140

30 Os estágios da despesa pública são:

- (A) Previsão, lançamento e arrecadação.
- (B) Empenho, lançamento e pagamento.
- (C) Recolhimento, liquidação e pagamento.
- (D) Empenho, liquidação e pagamento.
- (E) Previsão, empenho e liquidação.



31 Uma empresa comercial, a partir de suas observações, resolveu constituir um fundo para cobertura de seus pequenos gastos. O valor estipulado foi de R\$ 900,00. No período da constituição do fundo, foram registrados os seguintes gastos: fotocópias = R\$ 80,00; refeições = R\$ 240,00; transporte = R\$ 220,00; manutenção de portas = R\$ 160,00.

O registro contábil de **recomposição** do fundo fixo de caixa é

- (A) D – Caixa / C – Bancos Conta Movimento
- (B) D – Despesas Administrativas / C – Bancos Conta Movimento
- (C) D – Despesas Administrativas / C – Despesas a Pagar
- (D) D – Caixa / C – Resultado do período
- (E) D – Resultado do período / C – Caixa

32 A comercial Nortista Ltda. comprou à vista para seu estoque 1.800 unidades de mercadorias pelo valor total de R\$ 57.600,00. No mesmo período, vendeu, a prazo, 1.150 unidades dessas mercadorias por R\$ 48.300,00. Sem considerar os efeitos tributários incidentes sobre essas operações, é **CORRETO** afirmar que, no balanço patrimonial, a conta Estoques de Mercadorias estará com saldo de

- (A) R\$ 48.300,00
- (B) R\$ 20.800,00
- (C) R\$ 57.600,00
- (D) R\$ 27.300,00
- (E) R\$ 36.800,00

33 A Nortista Ltda. apresentou, em março de 2014, a seguinte movimentação em seus estoques de produto YZ:

- Estoque inicial de 1.000 unidades a R\$ 100,00 cada uma;
- Aquisição de 3.500 unidades a R\$ 104,00 cada uma;
- Aquisição de 2.600 unidades a R\$ 106,00 cada uma;
- Venda de 5.500 unidades a R\$ 216,00 cada uma;
- Aquisição de 1.000 unidades a R\$ 102,00 cada uma;
- Venda de 1.500 unidades a R\$ 212,00 cada uma.

A empresa usa o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) para avaliar seus estoques. As transações acima estão líquidas de impostos recuperáveis. Com base apenas nas transações acima, é **CORRETO** afirmar que seu estoque final em 31/12/2014, em reais, foi

- (A) R\$ 112.600,00
- (B) R\$ 102.000,00
- (C) R\$ 110.400,00
- (D) R\$ 114.600,00
- (E) R\$ 110.200,00

34 Determinada empresa apresentou a seguinte movimentação durante o mês de junho de 2012: Vendas no valor de R\$ 1.600.000,00, cujos custos foram de R\$ 1.100.000,00. Os estoques no primeiro dia do mês eram de R\$ 300.000,00 e no decorrer do mês foram feitas compras no valor de R\$ 900.000,00.

Com base nesses registros, é **CORRETO** afirmar que, em 30/06/2012, o valor dos estoques de mercadorias e o valor do lucro bruto das vendas eram, respectivamente, de

- (A) R\$ 500.000,00 e R\$ 100.000,00
- (B) R\$ 160.000,00 e R\$ 300.000,00
- (C) R\$ 900.000,00 e R\$ 300.000,00
- (D) R\$ 800.000,00 e R\$ 500.000,00
- (E) R\$ 100.000,00 e R\$ 500.000,00

35 Dada a importância do Orçamento Público como instrumento de programação e de controle da ação do governo e segundo o art. 165 §5ª da Constituição Federal, esta ferramenta de gestão é composta do

- (A) Orçamento Fiscal, Orçamento de Arrecadação e Orçamento de Capitação.
- (B) Orçamento da Seguridade Social; Orçamento de Capitação e Orçamento de Investimentos.
- (C) Orçamento da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos e Orçamento Fiscal.
- (D) Orçamento Fiscal, Orçamento Real e Orçamento de Capitação.
- (E) Orçamento Real e Orçado, Orçamento Empenhado e Orçamento Executado.



- 36 No período de levantamento das demonstrações contábeis, a assessoria jurídica da Cia. Papagibé enviou as seguintes informações, constantes da tabela abaixo:

Processo trabalhista (Assédio Moral)	R\$ 150.000,00	Probabilidade de perda 54%
Processo Civil (danos materiais)	R\$ 100.000,00	Probabilidade de perda 30%
Processo Tributário (discussão sobre recuperação de PIS nas atividades da empresa)	R\$ 500.000,00	Probabilidade de perda 65%

Tendo em vista as normas contábeis vigentes, que tratam da constituição de provisões contingenciais, a Papagibé deve provisionar

- (A) R\$ 500.000,00
- (B) R\$ 750.000,00
- (C) R\$ 650.000,00
- (D) R\$ 100.000,00
- (E) R\$ 250.000,00

- 37 Considerando as normas contábeis vigentes sobre provisões, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade deve ser registrada como um passivo dessa entidade.
- (B) Todas as obrigações classificadas como prováveis e possíveis devem ser reconhecidas no passivo.
- (C) Mesmo quando a probabilidade de perda de uma causa na justiça for remota, pelo Princípio Contábil da Prudência, deve ser feito o registro da provisão para perdas.
- (D) Quando a entidade for acionada, judicialmente (por exemplo), e a perda for provável, deverá constituir provisão para perdas.
- (E) Quando há a probabilidade de ingresso de recursos futuros, mesmo que sua quantificação seja incerta, deverá ser constituída provisão ativa.

- 38 De acordo com a Norma Técnica Brasileira de Contabilidade que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.
- (B) O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.
- (C) As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.
- (D) As demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas incluindo ganhos e perdas, alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles, e fluxo de caixa.
- (E) O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: balanço patrimonial ao final do período, demonstração do resultado do período, demonstração do resultado abrangente do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período, demonstração dos fluxos de caixa do período, demonstração do valor adicionado do período e balancetes de verificação antes e após a apuração do resultado.

- 39 Levando-se em consideração a Lei 6.404/76 e respectivas alterações, ao fazer referência às demonstrações financeiras, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem por objetivo evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, considerando as receitas arrecadadas e as despesas pagas durante determinado período.
- (B) O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar apenas a posição patrimonial e econômica em determinada data, representando, portanto, uma posição estática do patrimônio da entidade.
- (C) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem por fim evidenciar as movimentações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido, permitindo a verificação da consistência da movimentação dos recursos próprios da empresa, em determinado período.
- (D) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem por objetivo evidenciar as receitas recebidas e os custos e despesas pagas da entidade objetivando a apuração de um caixa puro para dar suporte ao planejamento estratégico.
- (E) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo secundário assumir as funções da extinta Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso (DOAR).



40 Partindo da premissa de que as Demonstrações Financeiras são complementadas por Notas Explicativas, julgue o item que **NÃO** pertence às Notas Explicativas.

- (A) Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras.
- (B) Indicar a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo.
- (C) Indicar os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.
- (D) Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.
- (E) Indicar os investimentos em outras sociedades, quando relevantes ou irrelevantes, pois o importante é evidenciar a informação completa.

41 Observe as informações a seguir.

ELENCO DE CONTAS	VALORES EM R\$
Máquinas para uso	110.000,00
Créditos de impostos a compensar	15.500,00
Empréstimos a quitar	20.500,00
Reserva de Capital	16.000,00
Capital a Integralizar	23.000,00
Depreciação Acumulada	5.000,00
Caixa	49.000,00
Ações em tesouraria	8.000,00
Prejuízos Acumulados	6.000,00
Máquinas para venda	40.000,00
Debêntures a pagar	10.000,00
Capital social	200.000,00

Levando-se em consideração o elenco de contas acima e que a soma do ativo circulante com o ativo não circulante não é igual à soma do passivo circulante. O valor do capital de terceiros e o do capital próprio são, respectivamente,

- (A) 209.500,00 e 209.500,00
- (B) 209.500,00 e 179.000,00
- (C) 179.000,00 e 209.000,00
- (D) 30.500,00 e 179.000,00
- (E) 179.000,00 e 30.500,00

42 Observe os fatos abaixo referentes à operacionalização da Cia Nortista.

- Em 01/05/2015 a Cia Nortista vende à vista mercadorias por R\$ 15.000,00. Tais mercadorias foram compradas a prazo para pagamento em 30/06/2015 e custaram R\$ 6.000,00.
- Em 05/05/2015 a Cia Nortista paga a conta de energia elétrica no valor de R\$ 3.000,00 referente ao mês de abril.
- Em 15/05/2015 a Cia Nortista vende a prazo, para recebimento em 30 dias, mercadorias por R\$ 18.000,00. Tais mercadorias foram compradas à vista em 06/05/2015 ao custo de R\$ 7.000,00.
- Na mesma data (15/05/2015) a Cia Nortista reconheceu a comissão dos vendedores no valor de R\$ 900,00 a ser paga em 05/06/2015.
- Em 20/05/2015 a Cia Nortista recebeu receitas no valor de R\$ 10.000,00 referentes às vendas do mês de abril.
- Em 30/05/2015 a empresa faz uma assinatura do Jornal Vê o Norte, por seis meses, pagando antecipado o contrato no valor de R\$ 1.200,00.
- **OBS: Desconsiderar incidências de tributos e juros.**

É **CORRETO** afirmar que os resultados apurados em 31/05/2015, levando-se em consideração o Princípio da Competência e o Regime de Caixa, **respectivamente**, são

- (A) R\$ 25.000,00 e R\$ 33.000,00
- (B) R\$ 33.000,00 e R\$ 25.000,00
- (C) R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00
- (D) R\$ 19.100,00 e R\$ 13.800,00
- (E) R\$ 15.000,00 e R\$ 17.900,00



- 4.3 Quanto aos critérios de avaliação do Ativo e do Passivo de acordo com a Lei 6.404/76 e alterações, é **CORRETO** afirmar:
- (A) Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, deverão ser avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
 - (B) As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor histórico (custo histórico), sendo os demais ajustados a valor presente quando houver efeito relevante.
 - (C) As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorreu a transação.
 - (D) Os direitos classificados no imobilizado serão avaliados pelo valor justo, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.
 - (E) Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados ao seu valor histórico (custo histórico), sendo os demais ajustados a valor presente quando houver efeito relevante.
- 4.4 De acordo com a Norma Técnica Brasileira de Contabilidade que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é **CORRETO** afirmar:
- (A) As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
 - (B) As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque não há incerteza sobre o prazo para sua liquidação, mas há certeza sobre o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
 - (C) As provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque há certeza sobre o prazo de sua liquidação, mas incerteza sobre o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
 - (D) As provisões não são distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
 - (E) As provisões não são distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência porque não há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.
- 4.5 Levando em consideração a Norma Técnica Brasileira de Contabilidade que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, indique a alternativa que identifica corretamente as três condições para o reconhecimento de uma provisão:
- (A) A entidade tem uma obrigação presente (legal mas não formalizada) como resultado de evento passado; improbabilidade de que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
 - (B) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; probabilidade de que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e impossibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
 - (C) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; probabilidade de que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
 - (D) A entidade não necessariamente tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; improbabilidade de que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e impossibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
 - (E) A entidade não necessariamente tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; probabilidade de que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e impossibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.



- 46 A Empresa de Navegação Rio Pará Ltda. adquiriu uma máquina em 02/01/2014 pelo custo de R\$ 362.000,00. Especialistas do mercado estimaram que a referida máquina trará benefícios futuros para a empresa durante 15 anos. A máquina foi contabilizada levando-se em consideração um valor residual estimado em R\$ 7.000,00 ao fim de sua vida útil. Para colocar a máquina em operação, a empresa ainda incorreu em R\$ 5.000,00 de custos de instalação. Já que a máquina entrou em operação somente em 01/03/2014, o seu saldo de depreciação, em 31/12/2014, é de
- (A) R\$ 24.000,00
 - (B) R\$ 19.722,22
 - (C) R\$ 20.000,00
 - (D) R\$ 18.000,00
 - (E) R\$ 20.777,78
- 47 Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade que trata dos Estoques são itens incluídos no custo dos estoques:
- (A) O preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
 - (B) O valor anormal de desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção.
 - (C) Os gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção.
 - (D) As despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque ao seu local e condição atuais.
 - (E) As despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.
- 48 Seguindo os preceitos legais da Norma Técnica Brasileira de Contabilidade que trata do Ativo Imobilizado, é **INCORRETO** afirmar:
- (A) Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período.
 - (B) O custo de um item do ativo imobilizado compreende seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação, impostos não recuperáveis sobre a compra, sem a possibilidade de dedução dos descontos comerciais e abatimentos.
 - (C) Ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.
 - (D) O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se, for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.
 - (E) O custo de um item do ativo imobilizado compreende a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.
- 49 No que concerne às principais diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento programa, julgue os itens a seguir e marque a alternativa que apresenta somente características do orçamento programa.
- (A) O orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização; a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas; o principal critério de classificação é funcional-programático.
 - (B) O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação; a alocação de recursos visa à aquisição de meios; a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
 - (C) As decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais; a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
 - (D) O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento; inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados.
 - (E) Na elaboração do orçamento, são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais; o processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.



50 A respeito da Receita Pública, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A gestão da receita orçamentária é dividida em três etapas, que são: planejamento, execução e recolhimento.
- (B) Adota-se o regime misto para o reconhecimento da receita orçamentária, portanto o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento do recolhimento.
- (C) Na aprovação da Lei Orçamentária, o registro da previsão da receita se dá pelo débito de Previsão Inicial da Receita e a crédito de Receita Realizada.
- (D) O registro da receita proveniente de ativos inadimplentes é realizado a débito de Créditos da Dívida Ativa e a Crédito da conta de Créditos liquidados.
- (E) Na etapa da execução da receita orçamentária, a Lei 4.320/64 estabelece três estágios, que são: lançamento, arrecadação e recolhimento.